

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

Arquitetura e Urbanismo

1. Perfil do curso

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Geográficas (IBGE), em 2011, cerca de 51% da população brasileira tinha mais de 30 anos. Em 1980, esse número era de 21%, e de acordo ainda com os dados do IBGE, a pirâmide populacional brasileira mudou profundamente a sua distribuição no período compreendido entre 1980 e 2015. Esses fatos evidenciam uma importante mudança social: o Brasil está envelhecendo. Estudo da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Disoc (2010), do IPEA, mostra que a participação da faixa etária entre 15 e 29 anos no total da população brasileira alcançou seu pico no ano 2000, e desde então está declinando.

Localmente, e ainda sob uma perspectiva de aspectos sociais, a cidade de Imperatriz possui o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Maranhão com 0,731 (PNUD 2013), tendo este índice evoluído pouco, apenas 1,25%, na última década quando era 0,722 no ano 2000 (PNUD 2000). É verificado ainda que a distribuição de moradias e organização social da cidade evoluiu com um crescimento desordenado nos bairros periféricos de Imperatriz, resultado em um aumento substancial do número de invasões e surgimento de comunidades desorganizadas, o que culminou com uma forte especulação imobiliária e criação de vazios na urbanização do espaço urbano.

Resultados recentes (PNAD 2014) acerca da educação nacional atestam que a maioria dos estudantes brasileiros estuda em escola pública e cursa faculdade particular. Observou-se ainda que a taxa de abandono escolar permanece alta e que entre os adolescentes de 15 a 17, 84,3% cursava o Ensino Médio e somente 56,7% dos jovens de até 19 anos concluíam o Ensino Médio. Em contrapartida, verificou-se o crescimento em 1,3% do acesso de crianças de 4 a 5 anos às escolas, em relação ao ano anterior; E encontra-se que o percentual de trabalhadores com pelo menos o ensino superior completo aumentou de 12,6% em 2013, para 13,1%, em 2014. Assim, percebe-se que Brasil precisa ainda de profissionais qualificados para atuarem frente a competição acirrada que aumenta a cada dia.

Regionalmente, no contexto educacional, a cidade de Imperatriz dispõe de uma ampla rede de ensino que vai desde o pré-escolar até o ensino superior, além do profissionalizante, sendo compartilhada pela rede pública e particular de ensino. A cidade possui cerca de 230 escolas, sendo 150 Públicas Municipais, com 32 Estaduais e 48 privadas. A taxa de analfabetismo no município, segundo o IBGE, encontra-se em nível semelhante à média nordestina refletindo cerca de 27,59%.

O Brasil, mesmo estando inserido no grupo dos países emergentes, internamente, porém, continua a se debater com inaceitáveis desigualdades e insuficiente acúmulo de capital humano preparado profissionalmente para o mercado e para os desafios que a nação precisa superar. Seguindo essa mesma trajetória, o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil depende da oferta de mão de obra qualificada, em padrões compatíveis com sua necessidade de superação de históricas desigualdades sociais. Oportunidades para esse desenvolvimento de centros de formação e

treinamento de recursos humanos existem: O PIB da Região vem crescendo a taxas superiores à média brasileira e investimentos recentes na região têm ampliado o número de oportunidades, porém ainda existem carências de profissionais qualificados.

Na perspectiva local de investimentos e oportunidades, a cidade de Imperatriz é o maior conglomerado comercial, energético e econômico do Maranhão, destacando-se ainda como segundo maior polo populacional da região e tendo o segundo maior PIB (R\$ 19916,99/habitante IBGE-2015). Imperatriz está localizada no cruzamento entre o canal de produção e escoamento da soja produzida em Balsas, próxima às operações siderúrgicas do município de Açailândia e das atividades da agricultura nas demais regiões do Estado. Nesse contexto há destaque especial para a produção de arroz, produção e distribuição de energia com a implantação da hidroelétrica de Estreito e produção de celulose com recente instalação da fábrica Suzano de Papel e Celulose.

Imperatriz atende com produtos e serviços os municípios distribuídos num raio de 400 km. A cidade hospeda ainda a infraestrutura física, técnica e elétrica de grande parte da rede de distribuição energia do estado, devido principalmente por conter a Subestação da Eletronorte. Ainda no que diz respeito à infraestrutura física, Imperatriz abriga trechos da Ferrovia Norte-Sul e está bem próxima da Estrada de Ferro Carajás, sendo ainda cruzada pela rodovia BR-010, contém um aeroporto e um centro de distribuição de alimentos, sem contar as pontes e docas para tráfego através ou sobre o Rio Tocantins. A Cidade também abriga uma vasta infraestrutura de serviços sediando escritórios que atendem com seu portfólio não apenas a própria Imperatriz, mas também diversos municípios vizinhos da Região Tocantina.

Na alavancagem de desenvolvimento de infraestrutura e negócios, na atual realidade brasileira, observa-se que a construção civil é um dos setores que está ligado diretamente aos resultados de crescimento urbano e industrial. Verifica-se ainda que o crescimento econômico do País teve a construção civil como destaque na última década, principalmente devido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Reflexos claros desse desenvolvimento e demanda reprimida na cidade de Imperatriz são evidenciadas pela inflação de valores do mercado imobiliário imperatrizense, necessidade e ordenação de moradias, baixa verticalização da cidade.

No âmbito estritamente local, o desenvolvimento econômico e social em franca aceleração atualmente vivenciado pela cidade de Imperatriz, que mesmo demandando desenvolvimento infraestrutural ainda carece de centros para formação de engenheiros, arquitetos, tecnólogos e técnicos na área da construção civil, arquitetura, edificações e design/projeto urbano. Especificamente na área de Arquitetura e urbanismo, na cidade de Imperatriz, existe em atividade apenas um curso presencial de formação para Arquitetos, iniciado recentemente.

Diante deste cenário, a cidade de Imperatriz necessita tornar-se um centro fornecedor de recursos humanos. Em termos de profissionais arquitetos, a quantidade de engenheiros no Estado atualmente é insuficiente para o abastecimento e expectativa do mercado de trabalho, principalmente no setor da

Construção Civil, Projeto e Design Urbanos, em função da enorme quantidade de obras de infraestrutura solicitadas pela cidade. Para atender esta demanda é de fundamental importância aumentar a oferta do curso de Arquitetura e Urbanismo na região, que certamente proporcionará a formação de profissionais competentes e capazes de conduzir este processo de desenvolvimento do Estado. Esse contexto valida a iniciativa da Faculdade de Imperatriz em propor o Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Assim, o Curso contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Além disso, o PDI destaca, no contexto das Atividades Complementares (Programa de Experiências–PEX), a existência de “atividades relacionadas às relações étnico-raciais, atividades ligadas à história e à cultura afro-brasileira e indígena, atividades relacionadas à educação ambiental e atividades relacionadas aos direitos humanos”.

2. Atividades do curso

As atividades complementares são fundamentais para a aderência à formação geral e específica do discente e a construção do perfil do egresso, e se inserem no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, a Faculdade de Imperatriz Wyden conta com o Programa de Experiências – PEX, inspirado no pensador americano John Dewey. Para Dewey, a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de ensino tradicional, que normalmente consiste em aulas expositivas, com tempo e local já estipulados. Faz-se necessário, para garantir um melhor aprendizado, que o aluno participe de atividades que lhe acrescentem maior significado.

As atividades complementares constam da matriz curricular do Curso, em componente curricular obrigatório intitulado PEX – Programa de Experiências, cuja carga horária conta para a integralização da carga horária do Curso.

Essas atividades consistem em:

- Visitas técnicas;
- Projetos de pesquisa;
- Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PICT;
- Monitoria;
- Palestras, seminários, congressos;
- Oficinas;

- Minicursos;
- Atividades ou cursos de extensão;
- Participação em atividades voluntárias de assistência à população;
- Disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior;
- Estágios extracurriculares;
- Trabalhos interdisciplinares;
- Atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental;
- Atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

As atividades são realizadas sob a orientação de um professor e englobam, em suma, tudo que fuja à rotina da sala de aula.

No início de cada período letivo, a programação do PEX – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Como a quantidade de horas de atividades oferecidas ao longo do curso é de, no mínimo, o triplo da carga horária obrigatória prevista no componente curricular, os alunos podem optar por integralizar uma carga horária muito superior ao mínimo exigido na matriz. Isso permite que eles integralizem o Curso com diferentes cargas horárias e perfis profissionais enriquecidos de forma flexível.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

O PEX está institucionalizado por meio da Norma 004: Regulamento do PEX – Programa de Experiências.

3. Perfil do egresso

Em consonância com a Resolução CNE/CES nº 2, de 2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo o curso visa à formação técnica, prática, humanista, crítica e reflexiva, capacitando o egresso a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional.

O egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo estará habilitado a atuar em:

- órgãos públicos de planejamento e gestão, de produção e operação de serviços urbanos;
- empresas privadas de consultoria, escritórios de arquitetura, construtoras, incorporadoras;
- empresas ligadas ao setor da construção civil;
- escritórios de projetos: de arquitetura, ambientação, urbanismo, paisagismo e produção gráfica.

O Curso desenvolverá nos egressos competências para:

- a) aplicar o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes para a compreensão do espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
- b) desenvolver soluções que garantam a preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente dos projetos arquitetônicos, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
- c) conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, para realizar construções, considerando os fatores custo, durabilidade, manutenção e especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, sociais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
- d) aplicar os conhecimentos de teoria e história da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico, tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
- e) participar e coordenar equipes multidisciplinares para o planejamento urbano e regional, de infraestrutura e de trânsito necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;
- f) empregar adequadamente, observando os aspectos éticos, econômicos e de sustentabilidade, os materiais de construção e as técnicas e sistemas construtivos, para a concepção de instalações e equipamentos prediais, organização de obras e canteiros e implantação de infraestrutura urbana;
- g) conceber sistemas estruturais tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, visando estabilidade das construções e fundações;
- h) aplicar adequadamente o conhecimento sobre variáveis climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e as técnicas apropriadas a elas associadas nos projetos que desenvolver;
- i) empregar as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
- j) utilizar as técnicas de desenho e da geometria, e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais em projetos arquitetônicos, de urbanismo e paisagismo;

- k) utilizar os instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à Arquitetura, ao Urbanismo, ao Paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- l) interpretar os levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, foto-interpretação e sensoriamento remoto, para elaboração de projetos;
- m) contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, compreendendo e articulando as peculiaridades étnico-raciais de nossa sociedade, respeitando os direitos humanos;
- n) atuar de forma consciente para a preservação do meio ambiente em seus projetos e atividades, considerando o fator sustentabilidade em todas as etapas e contribuindo com políticas de preservação ambiental.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preencham os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

Baseada na Resolução Nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a Instituição sistematizou o Curso em três eixos de conhecimento capazes de conjugar conteúdos programáticos semelhantes.

Eixo de Conhecimentos de Fundamentação – abordará os aspectos históricos, teóricos, estéticos e socioeconômicos da arquitetura e da cidade. As disciplinas deste eixo desenvolverão nos alunos a compreensão da fenomenologia arquitetônico-urbanística, exercitarão a capacidade de formulação crítica, possibilitando ao aluno a habilidade de elaborar um discurso profissional sobre sua própria prática projetual. Os módulos desse eixo compreenderão o estudo da representação geométrica dos espaços e os meios de sua expressão criativa. As disciplinas desse eixo envolverão as habilidades de análise, representação e expressão da forma e do espaço e suas relações com a criação

projetual. A carga horária teórica deste eixo é de 640 horas e a carga horária prática deste eixo é de 560 horas.

Esse eixo, portanto, terá caráter introdutório, estendendo-se do primeiro ao quarto módulos, com o objetivo de apresentar a diversidade do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, assim como possibilitar a formulação de seus problemas intrínsecos. Neste nível a apresentação panorâmica do campo disciplinar é essencial, envolvendo de modo elementar os principais assuntos que compõem a complexidade do fenômeno espacial, relacionando as diversas escalas de atuação e mostrando as diferentes dimensões da prática profissional.

Eixo de Conhecimentos Profissionais – reunirá as atividades condensadoras de projetos nas diferentes escalas da cidade, do bairro, da rua, do lote, incluindo arquitetura de interiores e detalhamento. Os módulos desse eixo criarão um diálogo entre os diferentes aspectos técnicos, científicos e as tecnologias de execução dos objetos arquitetônicos e da cidade, compreendidas as conceituações físicas da estabilidade das edificações e do conforto ambiental, a fundamentação tecnológica do edifício e a gestão do canteiro de obras.

Esse eixo se desenvolverá do quinto ao oitavo módulo, detalhará as questões esboçadas no primeiro nível. As disciplinas desses períodos terão como objetivo alicerçar os diversos campos da atuação do arquiteto-urbanista. A carga horária teórica deste eixo é de 675 horas e a carga horária prática deste eixo é de 525 horas.

A partir do nono módulo, o Eixo de Finalização do curso constará de conteúdos de organização profissional e fundamentação para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que culminará no décimo e último período. Neste nível estarão agregadas importantes disciplinas que permitam o delineamento de ênfases de conhecimento e perfis profissionais diferenciados, além de estimular a pesquisa. A carga horária teórica deste eixo é de 342 horas e a carga horária prática deste eixo é de 258 horas.

Completam os conteúdos curriculares mencionados as atividades extraclases, como as Atividades Complementares (Programa de Experiências-PEX) e a orientação do TCC. Além disso, é oferecida, como optativa, a disciplina de Libras.

O aspecto de flexibilidade curricular está contemplado nas Atividades Complementares, que passam diversas áreas do saber.

Trata-se, assim, de uma proposta curricular inovadora, caracterizada por eixos temáticos que consolidam o caráter interdisciplinar de cada semestre, onde a teoria e prática têm um desenvolvimento integrado e continuado dentro do curso, permitindo aos alunos desenvolverem atividades reais e simuladas.

Os conteúdos programáticos e as bibliografias são atuais e estão plenamente adequados às disciplinas teórico/práticas e estágios curriculares supervisionados, bem como dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes, além de assegurar o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Egresso.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas práticas pedagógicas para alunos portadores de necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas práticas pedagógicas para alunos portadores de necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da Facimp Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho

nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento está normatizado na Norma 006.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 002 e 003, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

O processo de avaliação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Imperatriz Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas

(laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do alunado com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo, dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são

encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso, parte integrante da Matriz Curricular, é atividade obrigatória para a integralização curricular e tem como objetivo principal a consolidação dos fundamentos técnicos, científicos e culturais do profissional egresso, devendo constituir-se em um exercício de formulação e sistematização de ideias, resolução de problemas e aplicação de métodos de investigação e redação técnico-científica.

A área temática é escolhida juntamente com o professor orientador, e poderá configurar-se no âmbito de uma disciplina, abranger um conjunto de conteúdos trabalhados ou versar sobre uma área conexas aos estudos teóricos, básicos ou profissionalizantes, desenvolvidos ao longo do Curso. O Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE, define previamente as grandes áreas temáticas em que poderão ser realizados os Trabalhos de Conclusão de Curso e designa os Professores Orientadores de acordo com suas áreas de atuação profissional e/ou acadêmica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

O direcionamento das áreas temáticas objeto da produção científica do Curso é feito por meio de seu NDE, bem como as formas de apresentação dos mesmos. Os professores orientadores são, portanto, divididos nessas áreas, e os alunos submetem seus anteprojetos à apreciação do grupo pertencente à área desejada.

Para tornar claras as regras e critérios de avaliação do TCC, a Coordenação edita uma cartilha contendo as informações pertinentes à elaboração do mesmo, como também alinha o calendário das atividades de TCC (entrega de anteprojeto, reuniões de orientação, entrega dos relatórios parciais, entrega do TCC, marcação e realização das bancas examinadoras) ao Calendário Acadêmico semestral. É estabelecido um número mínimo de encontros para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho e implantada a obrigatoriedade de ser lavrada uma ata, designada Ata de Registro de Encontros, ao final de cada um deles, o que permite à Coordenação a efetiva supervisão das atividades realizadas.

Buscando contínua melhoria no que se refere à qualificação dos professores orientadores de TCC, a

Coordenação procura aumentar a carga-horária extraclasse dos professores mestres e doutores, os quais trabalham em regime de tempo parcial ou integral, com o objetivo de conduzi-los à orientação dos alunos e de lhe dar melhores condições de trabalho.

Concluído o TCC, o aluno que tenha obtido a frequência igual ou superior a 75% das atividades de orientação solicita ao Coordenador do Curso que marque a data para apresentação do trabalho, diante de Comissão Examinadora, constituída pelo Coordenador do Curso, o Professor Orientador e um terceiro professor. Após a apresentação a Comissão emite parecer atribuindo o conceito “apto” ou “não apto”.

A Comissão, ao avaliar o trabalho, leva em conta, entre outros aspectos, se ele é produção pessoal do aluno e, portanto, não constitui plágio, o domínio do tema abordado, a aplicação adequada da metodologia científica, a capacidade de redigir e de se expressar corretamente.

O TCC é catalogado na biblioteca em formato digital, que é posteriormente disponibilizado através do portal Pergamus da biblioteca da Instituição para consulta via internet.

Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Norma 002: Regulamento do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

9. Estágio curricular

O Estágio Curricular Supervisionado, parte integrante da Matriz Curricular do Curso, é atividade obrigatória para a integralização curricular e tem por finalidade colocar o aluno para vivenciar o mundo real do trabalho, contribuindo para a consolidação do desenvolvimento de competências indispensáveis ao exercício profissional, previstas no perfil do egresso.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Arquitetura e Urbanismo é coordenado por um professor designado para esta função, que além de participar da seleção de encaminhamento do estagiário, é o responsável pelo acompanhamento, no âmbito da Instituição, das atividades do estudante durante o período do Estágio. A organização onde o aluno estiver estagiando designa um supervisor técnico para acompanhar e orientar o estudante, no seu âmbito, inclusive de avaliação do desempenho e aproveitamento.

A supervisão de Estágio pode ser auxiliada por outros professores do corpo docente, caso haja necessidade, diante do número de alunos-estagiários. Pode realizar o Estágio Curricular o aluno que já tiver integralizado, no mínimo, 50% da carga horária mínima do Curso. Para apoiar o Estágio Curricular Supervisionado, a Instituição conta com o setor de Carreiras, que é responsável pela orientação e encaminhamento dos alunos para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes suporte para buscar as melhores oportunidades.

O setor de Carreiras tem como objetivos captar vagas de estágio e emprego, junto às organizações parceiras, divulgando-as no ambiente da Instituição. Além disso, capacita o aluno para participar de processos seletivos, dando-lhe retorno sobre seu desempenho nas etapas a seleção, realizando entrevistas simuladas e fornecendo ao final uma avaliação quanto aos pontos positivos e negativos.

O desempenho do aluno estagiário é avaliado mediante relatórios parciais e finais, chancelados pelo supervisor técnico e pelo professor orientador, respectivamente, que emitem, ao final do processo, o conceito “apto” ou “não apto”, observada a integralização da carga horária estabelecida na Matriz Curricular.

O Estágio Curricular Supervisionado está institucionalizado por meio da Norma 003: Regulamento de Estágio Supervisionado.

Documento de uso exclusivo da Faculdade de Imperatriz Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes. Todos os direitos reservados.